



Reed não espera mais ver o Brasil pagar os atrasados este ano, mas tem esperança em acordo

Citi perde a esperança de receber ainda em 90

GUILHERME SOARES
Enviado Especial

São Paulo — O Citibank, maior credor privado do Brasil, desistiu de receber qualquer pagamento este ano. A revelação é de John Reed, chairman (principal executivo) do Citicorp, controlador do Citibank, que teve os lucros reduzidos em 37,21 por cento no segundo trimestre deste ano, devido ao Brasil e à Argentina. No final do ano, Reed terá de prestar contas aos exigentes acionistas americanos por perdas de 300 milhões de dólares com os juros atrasados do Brasil, se houver acordo. O prejuízo pode chegar a 700 milhões de dólares, sem o acordo.

“Temos confiança no Brasil”, disse Reed otimista, pouco antes de reconhecer que dificilmente verá a cor das divisas brasileiras. O executivo, que chegou ontem a São Paulo, virá amanhã a Brasília, para conversar pela primeira vez, no governo Collor, com o presidente do Banco Central, Ibrahím Êris. O Brasil deve 3,4 bilhões de dólares ao Citibank.

Ele tem esperanças, isso sim, de que o Brasil chegue, até o fim do ano, a um acordo com os credores, que entraria em vigor em 1991. Isso pressupõe um entendimento prévio, com carta de intenções e tudo mais, com o Fundo Monetário Internacional, cuja missão já está em Brasília. “O acordo tem de permitir que o Brasil cresça, receba investimentos e volte ao mercado financeiro internacional”, preconizou. Como um banco que tem raízes antigas no País — está há 75 anos —, o Citibank está disposto a estudar di-

ferentes propostas para reaver o que emprestou. Pode vir a aceitar ações de empresas estatais como parte do pagamento, numa operação de conversão de dívida externa em investimento.

COMITÊ

Segundo o banqueiro, os bancos estrangeiros estão flexíveis para negociar um acordo para o Brasil voltar a pagar, mas não há como realizar negociações individuais e deixar de lado o comitê credor de 14 instituições; que representa cerca de 200 credores privados do País. O Comitê pode até ser dividido em subcomitês, como aconteceu, com êxito, na renegociação venezuelana.

Experiente no assunto, deixou claro que não há fórmulas simples de acordo. Há bancos que se contentariam com um bônus de saída, pagável a longo prazo; há outros que querem simplesmente se livrar do “risco Brasil”, no jargão dos credores; e ainda há aqueles que, como o Citibank, preferem rolar a dívida de alguma forma, porque têm agências e interesses aqui. Segundo Reed, entre os credores brasileiros, 35 por cento dos bancos querem receber o máximo possível e dar o fora. Os outros 65 por cento são flexíveis e podem ficar.

Para administrar posturas divergentes como essas, o comitê credor é o melhor intermediário, mesmo que dividido em “subgrupos de trabalho”, na expressão do chairman do Citibank. Lembrou que, até hoje, o Comitê nunca deixou de vender ao mercado os acordos prelimi-

nares feitos com o Brasil. Disse que a idéia da equipe econômica do governo Collor, de tentar estabelecer negociações banco a banco, “não é uma realidade para se obter um acordo”. Só é boa, afirmou, “para sentir o mercado”. E completou: “O mercado mudou muito no último ano, está flexível”.

LINHAS

Criticou o fato de o Brasil estar há um ano sem pagar o serviço (juros e dívida) da dívida. Coerência de banqueiro? Sim, mas John Reed está convicto de que o Brasil perdeu muito mais do que ganhou com a moratória não-declarada. “Ao pagar os juros, o Brasil vai receber mais do que paga porque, ao distribuir dividendos, terei acesso a mais capitais”, raciocinou, sem esclarecer se os demais bancos adotariam a mesma atitude.

Ele calcula em três bilhões de dólares a redução das linhas de curto prazo: interbancárias (para as agências de bancos brasileiros no exterior) e comerciais (para financiamento de exportações e importações). No caso do Citibank, nada mudou: está sendo cumprido o acordo de 1988, fechado pelo ex-ministro Mailson da Nóbrega.

Explicou as críticas à compra, no mercado secundário, dos títulos da dívida — a cotação era de 20 centavos por dólar, na sexta-feira passada. Afinal, o Brasil deixa de pagar os juros e, com as divisas economizadas, abate informalmente a dívida, uma operação efetivada através das estatais.